

A causa Palestina



CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Z37c Zarif, Hasan.

A causa palestina / Hasan Zarif, Rui Kureda. - São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

36 p. : il.

1. Palestinos. 2. Relações árabe-israelenses. 3. Política internacional.
4. Democracia. 5. Palestina - História. I. Kureda, Rui. II. Título.

CDU 323.2(394)

CDD 320.54095694

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo - CRB 10/1507)

A large, ornate metal key with a circular handle and a complex bit, lying diagonally on a patterned rug. The rug has a repeating geometric pattern of dark and light shapes. The key is the central focus of the image.

A causa Palestina

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT — GESTÃO 2012/2015

Presidente
Vagner Freitas de Moraes

Vice-presidente
Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral
Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta
Maria Aparecida Godói de Faria

Secretário de Administração e Finanças
Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças
Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais
João Antônio Felício

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais
Artur Henrique da Silva Santos

Secretária de Combate ao Racismo
Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação
Rosane Bertotti

Secretário de Formação
José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação
Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)

Secretário de Juventude
Alfredo Santana Santos Júnior

Secretário de Meio Ambiente
Jasseir Alves Fernandes

Secretária da Mulher Trabalhadora
Rosane Silva

Secretário de Organização
Jacy Afonso de Melo

Secretário-Adjunto de Organização
Valeir Ertle

Secretário de Políticas Sociais
Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretária de Relações do Trabalho
Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho
Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador
Junéia Martins Batista

Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador
Eduardo Guterra

Diretore(a)s Executivo(a)s
Antônio Lisboa Amâncio do Vale
Daniel Gaio
Elisângela dos Santos Araújo
Jandira Uehara
Júlio Turra Filho
Rogério Pantoja
Roni Barbosa
Rosana Sousa de Deus
Shakespeare Martins de Jesus
Vítor Carvalho

Conselho Fiscal
Antonio Guntzel
Dulce Rodrigues Sena Mendonça
Manoel Messias Vale

Suplentes
Raimunda Audinete de Araújo
Severino Nascimento (Faustão)
Simone Soares Lopes

Índice

Apresentação	4
Introdução	6
Origem do sionismo	8
A ONU e a Partilha da Palestina	14
Perda de território Palestino desde 1946	15
O nacionalismo árabe	16
A Guerra dos Seis Dias	18
A Organização pela Libertação da Palestina (OLP)	20
Da Intifada ao Acordo de Oslo	22
Nova revolta popular	24
O Muro do apartheid	26
A OLP na ONU: o reconhecimento negado	28
Regime de apartheid e BDS	30
Considerações finais	32
Discurso no Mercado do Desemprego	34
Sugestões Filmes e Livros	35
Siglas	35
Expediente	36

Apresentação

تمهيد

Quando nos propusemos a realizar esta publicação, o objetivo foi colocar à disposição da militância da CUT e das lideranças sociais um conjunto de textos, mapas, gravuras e informações para contribuir com o debate e reflexão sobre o conflito Israel-Palestina.

O forte bloqueio ideológico dos grandes meios de comunicação brasileiros, que atuam a serviço das agências de informação dos Estados Unidos e Europa, impede que muitas vezes tenhamos acesso a informações isentas dos interesses das potências imperialistas e dos grupos sionistas. A ideia é que, além de material informativo, este livreto possa ser uma ferramenta que estimule o debate nos sindicatos, escolas, organizações sociais e comunitárias. Nesse sentido, os textos ofertados buscam contribuir para a construção de mais e melhores saberes sobre um tema que está na pauta da CUT e na ordem do dia dos organismos internacionais.

O lançamento desta publicação busca contribuir com os movimentos de solidariedade ao povo palestino em luta por seu Estado e seu reconhecimento pelas instâncias e fóruns internacionais, inclusive a Organização das Nações Unidas (ONU). Dentre seus 193 países membros, 140 já reconhecem a Palestina como um Estado.

É inacreditável que uma minoria se imponha sobre a maioria absoluta. Somente a solidariedade internacional poderá reverter isso. A realização do Fórum Social Mundial Palestina Livre, entre 28 de novembro e 1º de dezembro de 2012 em Porto Alegre, será momento decisivo para a expressão organizada dessa solidariedade.

Esperamos que muito em breve este texto esteja desatualizado e o povo palestino, que espera há 65 anos pelo cumprimento das resoluções da ONU, tenha seu Estado reconhecido e a liberdade conquistada.

Seguiremos nossa luta em defesa da autodeterminação dos povos, como um princípio da política internacional da CUT e um compromisso com os milhares de homens e mulheres que deram suas vidas na defesa de suas terras e famílias. Convidamos-lhe a uma boa leitura e um bom debate e que se some nessa luta. O envolvimento de cada um e cada uma de nós é fundamental a uma solução justa e definitiva.

São Paulo, novembro de 2012.

Vagner Freitas de Moraes
Presidente Nacional da CUT

João Antonio Felício
Secretário de Relações Internacionais da CUT



Ahmad Yousef,
Vilarejo de Al Jania, Ramallah
foto: Aline Baker

Introdução

مقدمة

A questão palestina está sempre presente nos noticiários. Mas grande parte da população só tem contato com o tema a partir de uma visão que tende a esconder as verdadeiras causas do conflito. O que a TV e outros meios de comunicação passam é uma visão tendenciosa, favorável a Israel. Os palestinos e árabes são – de maneira mais ou menos aberta – apresentados simplesmente como “terroristas” ou radicais que querem negar a Israel o seu direito de existir como Estado. O trabalho que apresentamos não pretende aprofundar a análise sobre a

questão palestina. Nossos objetivos são mais modestos. Queremos introduzir o tema, mostrar as verdadeiras raízes do conflito e os interesses em jogo. Temos a esperança de contribuir para a compreensão de que a causa palestina é, na realidade, uma causa que diz respeito diretamente a todos nós, a todos aqueles que defendem a democracia, a justiça e a paz. Se atingirmos esses objetivos, o nosso esforço terá sido justificado e recompensado.

Os autores



foto: Mohamed Badarne

Origem do sionismo

أصول الصهيونية

O sionismo surgiu em meio à crise capitalista do final do século 19. Como expressão do nacionalismo judaico, foi uma reação às perseguições e ataques aos judeus promovidos pelas classes dominantes, principalmente na Europa Oriental.

Naquela região, ao contrário do que ocorria na Europa Ocidental, onde estavam, em grande parte, assimilados à vida econômica e política dos países, os judeus encontravam-se marginalizados. Foram transformados em bodes expiatórios para o desemprego e escassez e alvos de ataques racistas conhecidos como pogroms.

O nacionalismo judaico foi uma reação a tais condições adversas, mas ao mesmo tempo as espelhava. Ao defender a comunidade

judaica nesses países, esse nacionalismo enfatizava a sua situação marginal e a necessidade de um separatismo.

O sionismo foi sua expressão plena.

O sionismo assumia a incompatibilidade entre judeus e não judeus, afirmando a impossibilidade de convivência entre ambos. Portanto, advogava a migração em massa para alguma região onde seria criado um Estado exclusivamente judeu.

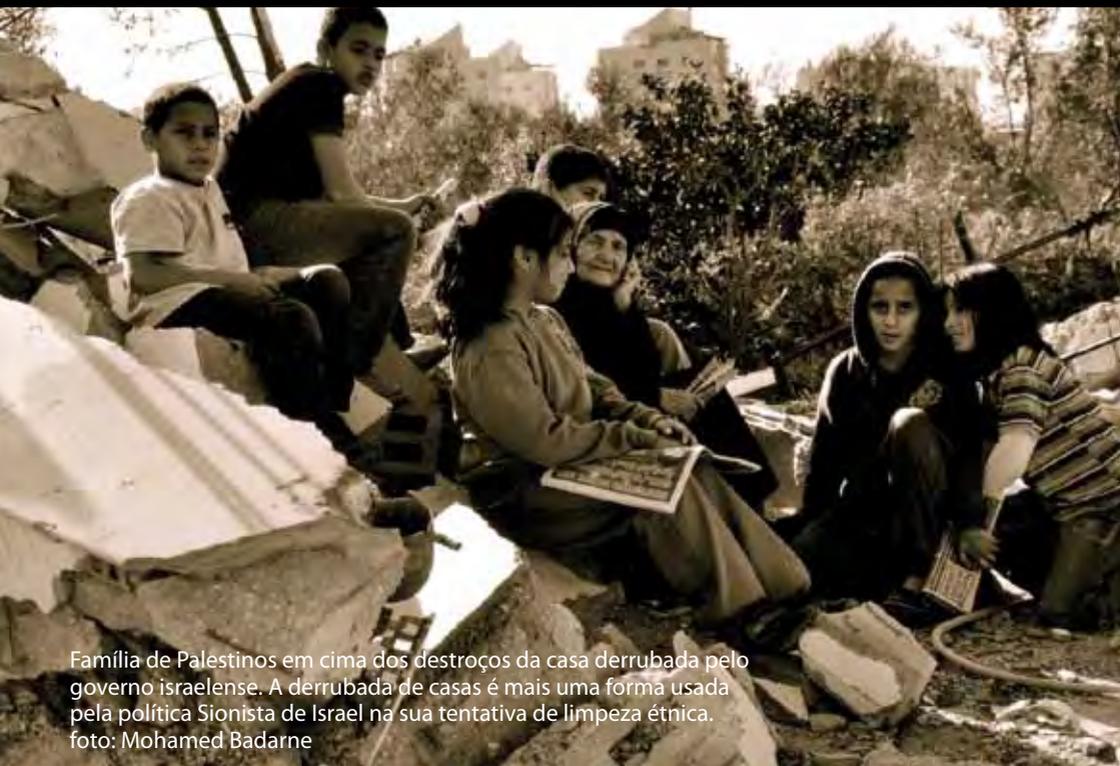
Theodor Herzl, um pioneiro sionista, publicou em 1896 o livro "O Estado judeu".

Sintetizando as ideias básicas do sionismo, apontava a necessidade de apoio das grandes potências para a concretização do projeto de Estado judaico exclusivo.

Herzl assumia que o sionismo era uma



Palestinos aterrorizados e expulsos por grupos terroristas sionistas na "criação" do estado de Israel de 1948 .
foto: acervo



Família de Palestinos em cima dos destroços da casa derrubada pelo governo israelense. A derrubada de casas é mais uma forma usada pela política Sionista de Israel na sua tentativa de limpeza étnica.
foto: Mohamed Badarne

"ideia colonial" e enfatizava que o novo Estado, apesar de exclusivamente judeu, deveria defender os interesses das potências imperialistas, assumindo claramente o papel de posto avançado "da civilização contra a barbárie".

A princípio, não havia indicação de nenhum lugar específico para esse novo Estado.

Mas logo prevaleceu a proposta de que fosse a Palestina, utilizando-se, para tanto, apelo religioso. Assim, em 1897

o I Congresso Sionista realizado na Basileia, Suíça, apontou como primeiro objetivo do movimento a criação de um "lar na Palestina" para o povo judeu.

Os sionistas buscaram inicialmente o apoio da Turquia e da Alemanha, mas as mudanças impostas pela I Guerra Mundial levaram-nos a procurar o apoio dos britânicos, que passaram a ter controle sobre a Palestina.

A DECLARAÇÃO BALFOUR

Chaim Weizmann, um cientista judeu que trabalhava para o governo britânico e um dos mais importantes líderes sionistas, enxergou uma oportunidade histórica. Para ele, o projeto sionista seria útil para os britânicos, que "tinham que aprender a proteger a veia jugular do Império Britânico".

Essa afirmação refletia considerações estratégicas. A guerra havia enfatizado a importância do Mediterrâneo Oriental. A região se encontrava na rota marítima das possessões imperiais britânicas mais importantes: Índia, Sudeste Asiático e África Oriental. E era muito próxima das recém-descobertas jazidas petrolíferas persas, de enorme importância econômica. Também era adjacente ao Egito, onde se localizava o Canal de Suez e onde os britânicos encontravam dificuldades para controlar os movimentos nacionais.

Além disso, a França havia assegurado para si a Síria e os britânicos necessitavam de uma base própria na região para defender seus interesses.

Weizmann conquistou o apoio britânico, cujo governo o considerava como "seu" representante no movimento sionista.

Assim, em 1917, às vésperas da revolução bolchevique, deu-lhe aval ao estabelecimento de assentamentos sionistas na Palestina.

Os britânicos passaram a temer a influência do movimento revolucionário russo.

O apoio aos sionistas, que eram declaradamente antimarxistas, foi visto como uma forma de conter a revolução.

Em 2 de novembro de 1917, o ministro das Relações Exteriores britânico, Lord Balfour, divulgou uma declaração à Federação Sionista. Declarava que:

"O governo da Sua Majestade via favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um lar para o povo judeu e realizará seus melhores esforços para facilitar a conquista desse objetivo..."

A Declaração Balfour foi um momento decisivo nessa trajetória, pois apesar de não estabelecer um Estado judeu, deu sinal verde à colonização sionista da Palestina. Afinal, deu esperanças de que o "lar nacional" na Palestina poderia se tornar, no futuro, o Estado judaico almejado.

OCUPAÇÃO E OPRESSÃO SIONISTAS

Quando os primeiros sionistas chegaram à Palestina após a Declaração Balfour, não encontraram "uma terra sem povo para um povo sem terra", como alardeava a propaganda sionista. A Palestina estava ocupada por quase 600 mil árabes palestinos, o que representava uma densidade demográfica sem paralelo no Mediterrâneo Oriental.

Havia também cerca de 50 mil a 60 mil judeus que já viviam na Palestina. Parte deles pertencia a comunidades estabelecidas há séculos, enquanto outros haviam chegado nos 30 anos anteriores, estabelecendo os primeiros assentamentos judaicos.

Durante os 20 anos seguintes, os assentamentos sionistas construíram a base sobre a qual o Estado de Israel viria a ser construído. Com a Declaração Balfour, o ritmo da colonização acelerou-se rapidamente. Entre 1919 e 1923 chegaram 34 mil judeus. E em 1925, mais 34 mil. Por volta de 1927, a comunidade sionista havia chegado a 150 mil, representando cerca de 16% da população total da Palestina.

Alguns fatores foram fundamentais para a ocupação sionista. Primeiro, os colonizadores se apossaram de grandes porções de terras palestinas, o que foi facilitado pela Declaração Balfour. Já no final da década de 1920, o descontentamento entre a população árabe palestina levou a inúmeros conflitos com os assentamentos sionistas. A aquisição em massa de terras pelos judeus provocara a expulsão de dezenas de milhares de camponeses palestinos de suas terras. Segundo um relatório britânico, em 10% das vilas, um terço das famílias não possuía terras e outras 40% possuíam-nas em quantidade insuficiente para a sobrevivência.

Na década seguinte ocorreram os conflitos mais sérios, e em 1935 a Palestina estava em estado de ebulição. O descontentamento da população nativa diante da situação era reforçado pela inércia da direção árabe palestina.



foto: Pedro Ferracio Charbel

Recebendo o impacto de uma nova onda nacionalista na Síria, onde uma greve geral colocara a França na defensiva, e no Egito, onde os britânicos foram obrigados a fazer concessões, aumentou a pressão popular, o que levou a liderança palestina a convocar uma greve geral pelo fim da imigração dos judeus e da venda de terras a esses e pela substituição do mandato britânico por um governo escolhido pela maioria.

A greve durou seis meses e mobilizou trabalhadores, camponeses e a pequena burguesia urbana, além de comerciantes e proprietários de terras. A repressão foi brutal. Os britânicos utilizaram a lei marcial, punição coletiva e confinamento. Partes inteiras de cidades foram destruídas. Ao final, havia 30 mil soldados britânicos no território: um para cada 30 palestinos.

Em outubro, a liderança nacionalista se rendeu, pondo fim à greve, mas não à resistência. Ativistas partiram para as montanhas e organizaram guerrilhas. O preço foi alto: a Força Aérea Britânica atacou vilarejos, capturou e executou guerrilheiros.

Os sionistas mais uma vez não perderam a oportunidade. Tiveram papel ativo na repressão à revolta. Contavam com a Haganá, milícia formada com o incentivo e as armas britânicos, os quais, contudo, consideraram que poderia ser provocativa demais. Assim, formaram a Polícia dos assentamentos que, em 1939, chegou a ter 21 mil membros – um para cada 20 judeus. Enquanto os britânicos treinavam as milícias, os assentamentos estocavam armas, contrabandeando enormes quantidades de rifles, metralhadoras e granadas e cerca de 700 toneladas de explosivos. Ademais, a produção local de armas estava nas mãos dos judeus. Ao final da greve, os sionistas haviam se



fortalecido consideravelmente. Além do seu papel na repressão, presenciaram a devastação da economia palestina, suas estruturas políticas abaladas e seus melhores ativistas executados ou presos. O movimento sionista continuou se fortalecendo imensamente nos 30 anos posteriores à Declaração Balfour. O início da II Guerra Mundial e a perseguição dos judeus pelo nazismo na Alemanha provocou o aumento do fluxo desses imigrantes à Palestina, muito embora a maioria preferisse outro destino, como os Estados Unidos.



Palestina em frente a sua casa queimada e pichada por israelenses.
foto: Aline Baker

Mas as restrições impostas a sua entrada os levariam à Palestina. Paralelamente, à medida que o movimento sionista crescia e se tornava mais confiante, as tensões com a Grã-Bretanha tornavam-se mais evidentes.

Tais tensões estavam enraizadas no conflito entre o objetivo sionista de criar um Estado judeu independente e o desejo britânico de proteger seus interesses em todo o Oriente Médio. Richard Crossman, membro do Comitê Anglo-Americano, definiu a Agência Judaica, que administrava os interesses e negócios sionistas na Palestina, como “um Estado dentro

de um Estado, com seu próprio orçamento, gabinete secreto, Exército e, sobretudo, serviço de inteligência. É a organização mais eficiente e dinâmica que eu já vi, e não tem medo de nós [os britânicos]”.

Os sionistas haviam logrado ocupar grandes porções de terras na Palestina, haviam criado uma base econômica exclusivamente judaica e, além disso, possuíam um aparato militar significativo, construído com apoio da Grã-Bretanha e de outros países. Em suma, grande parte da base necessária para a constituição do tão desejado Estado judaico exclusivo.

A ONU e a Partilha da Palestina

الأمم المتحدة وتقسيم فلسطين

Os sionistas perceberam as mudanças políticas causadas pela II Guerra Mundial, em particular o declínio do poderio britânico e a ascensão do imperialismo estadunidense. Em consequência, buscaram o apoio dos EUA ao projeto de construção de um Estado judeu independente, afastando-se gradativamente da Grã-Bretanha.

Em 1947, a Assembleia Geral da ONU recomendou a partilha da Palestina em um Estado judeu e um árabe, como resultado de uma articulação política internacional dirigida por representantes das potências imperialistas, principalmente os EUA, contando com o apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e das recém-criadas “repúblicas socialistas” do Leste Europeu.

Segundo o plano da ONU, o Estado judeu ficaria com 56,4% do território, enquanto o árabe ficaria com 42,9%. A cidade de Jerusalém, 0,7% da área total da Palestina, seria administrada pela ONU, por ser um local considerado sagrado por cristãos, judeus e muçulmanos. Além de receber a maior parte do território, ao Estado judeu foram concedidas as terras mais férteis. Mas os sionistas queriam mais e já haviam planejado limpeza étnica da população nativa, iniciada logo após a recomendação da partilha. A fase mais agressiva deu-se entre março e maio de 1948, com ataques destinados a expulsar a população árabe de grandes áreas da Palestina – que se encontrava-se fragilizada, tendo sido



completamente desarmada durante a repressão à greve geral de 1936 a 1939. Em 9 de abril atacaram a vila de Deir Yassin, próxima a Jerusalém, e massacraram dois terços da população de 400 habitantes, incluindo mulheres, idosos, crianças e deficientes. Ataques semelhantes se repetiram por toda parte. A intenção era “desarabizar” a região, de modo a constituir um Estado exclusivamente judeu em toda a Palestina. Com esse objetivo, a brutalidade sionista não conheceu limites.

PERDA DE TERRITÓRIO PALESTINO DESDE 1946

PLANO DE PARTILHA DA ONU



1949-67



2008



Ao final, de uma população de cerca de 1,5 milhão, mais de 800 mil palestinos foram expulsos de suas casas e 530 aldeias foram destruídas, segundo escreveu o historiador israelense Ilan Pappé. Muitos se refugiaram na Cisjordânia e Gaza, áreas até então não ocupadas pelas milícias sionistas. Outros foram para o Líbano, a Síria e a Transjordânia. Cerca de 60 mil permaneceram em áreas que passaram ao controle sionista. No dia 14 de maio de 1948, Ben Gurion proclamou o Estado de Israel.

Apenas 11 minutos depois o presidente Truman, dos EUA, reconheceria o novo Estado. Em 1949, os sionistas ocupavam 77% do território, bem mais do que os quase 57% a que teriam direito pelo plano recomendado pela ONU. Uma conquista assegurada por métodos terroristas, que contaram com a anuência ou a passividade dos demais países. Uma tragédia histórica que é chamada pelos palestinos como nakba, termo árabe usado para designar a catástrofe que se abateu sobre eles.

O nacionalismo árabe

القومية العربية

A conjuntura, após a II Guerra Mundial, foi marcada pela “Guerra Fria”, contrapondo os blocos capitalista e “socialista”, liderados respectivamente pelos EUA e pela União Soviética. De modo geral, esse conflito teve reflexos políticos determinantes em todas as regiões do mundo. Refletindo essas mudanças, no Oriente Médio, a Grã-Bretanha cedeu o lugar de potência dominante para os EUA.

Em 1945 o Departamento de Estado dos EUA concluía pela existência de um vazio político na região. Um vazio que era visto com alarme, pois caso não fosse preenchido pelos Estados Unidos, poderia levar a uma hegemonia da União Soviética naquela parte do mundo. Para evitar que isso acontecesse, os EUA procuraram consolidar alianças regionais, especialmente com as elites árabes.

Além disso, a nova potência canalizou grandes quantias de dinheiro por meio de um fundo estabelecido especialmente para “fortalecer os interesses políticos e estratégicos na região”. O rei Ibn Saud, da Arábia Saudita, por exemplo, passou a receber 10 milhões de dólares por ano dos EUA.

Israel foi aliado de primeira hora dos EUA após a II Guerra. Mas sua importância cresceu principalmente a partir dos anos 50, quando inúmeros movimentos nacionalistas cresceram na região. O primeiro alerta veio com a ascensão de Muhamad Mossadeq no Irã, com um programa de nacionalização dos recursos petrolíferos. Mossadeq de fato desapropriou a Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana, levando pânico às grandes potências.



foto: Mohamed Badarne

Porém, o fato mais importante foi a subida de Gamal Abdel Nasser ao poder no Egito em 1952. Seu programa fortemente nacionalista, além do peso econômico e político do país, era visto pelas potências como uma ameaça maior aos seus aos interesses, além de ter potencial para ampliar o surto nacionalista na região. Havia, além de tudo, a dificuldade das grandes potências em intervirem diretamente na região, pois poderia



ser um tiro no pé, acabando por fortalecer o nacionalismo, em vez de enfraquecê-lo. Foi esse quadro complexo que proporcionou a Israel a oportunidade de assumir um papel chave em nível regional. Até então, embora fosse considerado um aliado importante, estava longe de ter a importância que passaria a ter posteriormente. E essa importância se reflete também em termos financeiros.

Em 1951 Israel recebeu 100 mil dólares em ajuda financeira dos EUA. Mas no ano seguinte, quando Nasser sobe ao poder, a ajuda dá um salto gigantesco, passando para 86,4 milhões de dólares.

O mesmo ocorre, no decorrer dos anos, com relação às ajudas militares. Em meados da década de 60, o poder militar israelense era superior ao de todo o conjunto dos países árabes vizinhos. A primeira prova do poder de fogo israelense veio com a Guerra dos Seis Dias, em 1967.

A Guerra dos Seis Dias

حرب الأيام الستة

Os motivos que levaram à Guerra dos Seis Dias de 1967 têm início em 1963, quando Israel notifica Síria e Jordânia sobre a sua decisão de bombear água do mar da Galileia para as regiões centro e sul do país. Essa notícia alarma os países árabes, temerosos de que o sistema de irrigação possibilitasse a construção de novos assentamentos sionistas, além de prejudicar o fornecimento de água aos dois países. A Síria apresenta uma proposta de desviar o curso do Rio Jordão para o interior do seu território, o que garantiria a si e à Jordânia o acesso à água.

A tensão aumenta.

Os vários incidentes que se seguem tornam inevitável um conflito militar. No dia 5 de junho, pela manhã, aviões israelenses atacam de surpresa as bases militares do Egito, destruindo pistas de pouso e 304 aviões de combate, ainda em solo. Pela tarde os ataques se voltam para Síria, Jordânia e Iraque. Em seguida, os israelenses iniciam ataques por terra, até ocuparem a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, na Palestina, além das colinas de Golã, na Síria, e do deserto do Sinai, no Egito.

Após seis dias de combate, a vitória militar de Israel é consumada.

Os EUA e as demais potências saudaram-na com entusiasmo. As ocupações dos territórios contaram com o apoio dos EUA. Suas posições militares no Sinai e ao longo do Canal de Suez eram consideradas muito importantes para bloquear as atividades soviéticas na região.



Finalmente, Israel conquistava a almejada condição de “cão de guarda” dos interesses estadunidenses. A partir de 1967 os EUA passaram a apoiar irrestritamente todas as ações sionistas – invasões, ocupações e repetidas guerras.

O resultado da guerra significou que centenas de milhares de palestinos passaram a



foto: Marcos Muniz da Silva

viver sob domínio israelense, que submete a população palestina na Faixa de Gaza e na Cisjordânia a uma situação de opressão brutal. Ocupação reconhecida como ilegal até mesmo pela ONU.

Organizações internacionais como a Anistia Internacional vêm denunciando sistematicamente os abusos, as execuções,

as perseguições e condenações sem julgamento promovido por Israel. São comuns arbitrariedades como as “punições” coletivas, em que cidades e vilas inteiras são submetidas ao toque de recolher, e familiares de “suspeitos” são sumariamente expulsos de suas casas. Não há exagero em afirmar que são verdadeiros campos de concentração a céu aberto.

A Organização pela Libertação da Palestina (OLP)

منظمة التحرير الفلسطينية

Durante a década de 60 ocorreu o ressurgimento do movimento palestino. A principal organização desse movimento era Al-Fatah. Sua política enfatizava o retorno dos palestinos a sua terra natal. Para tanto, os esforços deveriam se voltar contra o sionismo, lançando a “violência revolucionária de massas” contra Israel. O Fatah tinha entre seus membros figuras que se tornariam centrais, como Yasser Arafat, Abu Iyad e Abu Jihad. A organização não estava presente nos territórios ocupados, mas fora da Palestina.

Formado no Egito, o grupo transferiu-se para o Kuwait, onde a Fatah foi fundado, em 1959. Nos anos seguintes, a organização cresceu, atraindo milhares de pessoas e se tornando a principal força na Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que viria a ser reconhecida internacionalmente como legítima representante do povo palestino.

A partir de 1965, a Fatah lançou uma série de ataques contra instalações israelenses. Em 1967, após a Guerra dos Seis Dias, enviou centenas de combatentes para a Cisjordânia, então ocupada por Israel. A estratégia não deu certo. Mas, logo em seguida, a Fatah conseguiria uma vitória importante,



quando 300 de seus guerrilheiros conseguiram repelir um ataque israelense de 15 mil soldados e tanques à sua base localizada perto de Karameh, na Jordânia. Era a primeira vitória árabe contra Israel desde 1948, o que levou a um crescimento enorme da Fatah. Todavia, derrotas importantes se seguiriam na Jordânia, no acontecimento que ficou conhecido



Palestino observa construção de assentamentos Israelenses dentro de terras confiscadas dos territórios ocupados de 1967. Hoje há mais de 400 mil colonos israelenses espalhados em diversos assentamentos com privilégios, ruas exclusivas, segurança máxima do Exército Isralense e transformando o território Palestino em um “queijo suíço” impedindo a circulação e dificultando a vida dos palestinos.

foto: activestills.org

como “Setembro Negro” e, em 1982, com a invasão do Líbano, onde a direção se encontrava, resultando em perdas enormes. Naquele país, no mesmo ano, houve os massacres nos campos de refugiados de Sabra e Chatila, apoiados logística e militarmente por Israel. Milhares de pessoas foram chacinadas, inclusive mulheres grávidas e crianças. Tamanha foi a dimensão das derrotas

que muitos achavam que a OLP havia chegado ao fim.

Os governos árabes que haviam apoiado o movimento desde a década de 60 começaram a se afastar da OLP. Logo, porém, um acontecimento mudou tudo. Em dezembro de 1987 tinha início a Intifada, abrindo uma nova página na história da luta pela libertação palestina.

Da Intifada ao Acordo de Oslo

من الانتفاضة الى أوسلو

Pela primeira vez desde a sua expulsão, os palestinos dos territórios ocupados enfrentaram diretamente Israel. Em poucos dias os protestos se espalharam por toda a Cisjordânia e Gaza, com ampla participação. Jovens atiravam pedras. Barricadas foram erguidas. Além de greves, ocorreram boicotes ao pagamento de impostos. Surgiu uma rede de comitês locais, que deu origem à Direção Nacional Unitária da Revolta (UNLU, pela sigla em inglês), com representantes de várias organizações nacionalistas e de esquerda. O levante teve enorme impacto no Oriente Médio. Em quase todos os países, multidões saíram às ruas em solidariedade à Intifada. Mais uma vez as elites dominantes entraram em pânico, assim como os EUA, que começaram a pressionar Israel para que buscasse uma solução negociada. Em 1988 o Conselho Nacional Palestino apresentou declaração de um pequeno Estado palestino nos territórios ocupados. Um longo processo de negociação teve início. Enquanto a OLP dialogava com Israel, a Intifada contava com a ação de organizações palestinas que eram contra as negociações. Isso deixava claro que não havia consenso entre os palestinos. Também do lado israelense era forte a resistência em negociar, apesar da pressão estadunidense. Israel não escondia a sua intenção de ampliar ainda mais seus



foto: Mohamed Badarne

domínios territoriais, por quaisquer meios, como demonstraram seus seguidos atos de violência contra a população palestina, sempre de maneira impiedosa e brutal. Quando Arafat anuncia em 1993 os Acordos de Oslo, o espanto é geral, assim como a indignação. Além de reconhecer Israel, eram feitas tantas concessões que o intelectual Edward Said, membro do Conselho Nacional Palestino de 1977 a 1991 e durante muito tempo leal a Arafat,



definiu o acordo como “instrumento de capitulação”.

A decepção tomou conta da população palestina, que arcava com os enormes sacrifícios impostos pelos longos anos de luta. Por outro lado, Israel continuou sua repressão sistemática com prisões, torturas e violência. Além disso, descumpriu os termos do acordo, ampliando a criação dos assentamentos judaicos nos territórios ocupados, que duplicaram entre 1993 e

2000. Diante desse quadro, a popularidade de Arafat despencou.

Em setembro de 1995 é anunciado um novo acordo provisório, chamado de Oslo II, com novas concessões de Israel. Um resultado que, não obstante, fortaleceu Arafat, eleito presidente da Autoridade Nacional Palestina com 87,1% dos votos.

A paz se tornava cada vez mais distante, com a intensificação das lutas e a pressão da extrema-direita israelense.

Nova revolta popular

التمرد الشعبي الجديد (الأنتفاضة الثانية)

Em setembro de 2000 Ariel Sharon, (general linha dura do exército israelense e candidato a 1º ministro de Israel, pelo partido Likud de ultra direita), visita a esplanada onde se localiza a mesquita de Al-Aqsa, no setor oriental de Jerusalém. A provocação gerou a ira dos muçulmanos ali presentes que reagiram atirando pedras nos policiais da escolta de Sharon. Os conflitos se espalharam rapidamente, atingindo inúmeras cidades, além da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Na verdade, a provocação foi apenas a ponta do iceberg. As condições de vida dos palestinos não haviam melhorado. Pelo contrário, em muitos aspectos haviam piorado nos próprios territórios administrados pela ANP. Também havia grande descontentamento pela ampliação dos assentamentos sionistas. Mais uma vez Israel responde com brutalidade. Segundo relatório da UNICEF divulgado no dia 1º de dezembro de 2000, os primeiros meses da Intifada de Al-Aqsa produziram 310 vítimas fatais, sendo 261 palestinos, 35 israelenses, 13 árabes e um alemão. Das vítimas palestinas, 97 eram crianças. Quanto aos feridos, havia 426 judeus e 9.802 palestinos, sendo que destes 4.116 eram crianças. Os dados mostram não só a desigualdade militar entre ambos, mas também a truculência

sionista que cometeu uma série de atos criminosos.

Entre eles, o massacre no campo de refugiados de Jenin, na Cisjordânia, em abril de 2002, que levou à morte mais de mil pessoas, além de milhares de feridos. Um cenário de horror que provocou revolta e indignação no mundo todo.

Diante desses e outros atos criminosos, a ONU condenou Israel em mais de 20 resoluções de seus órgãos de direitos humanos, conselho de segurança e assembléia geral destaque para as resoluções 194 estabelece o direito de retorno, 2443 que condena a destruição de casas dos palestinos, 446 condena a construção de assentamentos, 10/13 condena a construção do muro, 2010 condena o ataque a Flotilha Humanitária à Gaza, para lembrar as mais importantes. Entretanto, como de praxe, foram ignoradas pelo Estado sionista, que permaneceu contando com as armas e o apoio político dos EUA. E mantém a truculência, expulsões sistemáticas, demolições de casas e ofensivas, como à Faixa de Gaza ao final de 2008 e início de 2009. Esta culminou na morte de mais de 1.400 pessoas, centenas de feridos e destruição total da infraestrutura local.

Menino Handala. Criação do cartunista Naji Al Ali, simboliza as crianças refugiadas palestinas, desenhado sempre de costas por estar olhando para Palestina esperando o dia do regresso. Handala criticava e culpava o imperialismo e as ditadores árabes pela perda da Palestina. Um dos ícones da resistência Palestina, Naji Al Ali acabou sendo assassinado em Londres em 1987. foto: Pedro Ferraracio Charbel



O Muro do apartheid

جدار الفصل العنصري

Antes, em 2001, o governo israelense apresentou ao Parlamento a proposta de construção de uma barreira física sob a alegação de que objetivava separar palestinos e israelenses no entorno e dentro dos territórios ocupados, por motivos de “segurança”. A barreira, no entanto, divide a Cisjordânia ao meio, separando famílias e anexando ainda mais terras férteis. Inclui a construção de cercas, barreiras eletrônicas vigiadas por câmeras e paredes de concreto que em alguns pontos alcançam nove metros de altura. É evidente que se trata de mais um expediente para levar adiante sua política expansionista, pois em função do muro os assentamentos israelenses ilegais vêm aumentando cada vez mais. Paralelamente, o muro cria verdadeiros campos de concentração de palestinos, cujas vidas foram severamente impactadas, pois o isolamento que lhes é imposto dificulta o seu desenvolvimento econômico, impõe aos palestinos enormes dificuldades de acesso à saúde, à educação e ao trabalho. O Tribunal Internacional de Justiça de Haia declarou o muro ilegal, em decisão de 2004. Confirmando os argumentos dos palestinos, a condenação aponta para o fato de



que a barreira corta terras palestinas e isola cerca de 450 mil pessoas. Israel ignorou a decisão e continua a construir o muro, que ao final deverá ter 850km de comprimento. Quando concluído, cerca de 12% da Cisjordânia, inclusive Jerusalém Oriental, estará isolada pela barreira e conectada a Israel. Por esses fatores, a construção do muro tornou-se alvo de denúncias e críticas.



Leila Khaled militante da FPLP ficou conhecida após sequestrar um avião em 1969 para passar uma mensagem ao mundo de que os palestinos existiam e havia uma causa. Hoje é membro no Conselho Legislativo Palestino e continua na luta pela Libertação da Palestina.
foto: Pedro Ferraccio Charbel



foto: Pedro Ferraccio Charbel

A OLP na ONU: o reconhecimento negado

رفض الأمم المتحدة الاعتراف
بدولة فلسطينية

Em 2011, o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, entrou com um pedido no Conselho de Segurança da ONU pelo reconhecimento do Estado palestino como membro pleno da organização. O Estado palestino seria definido pelas fronteiras demarcadas na Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental, que se tornaria capital palestina, conforme as fronteiras de 1967.

A iniciativa de Abbas contava com o apoio de grande número de países, entre os quais o Brasil. Porém, a proposta contou com a oposição (esperada) de Israel, que se recusou a aceitar as condições, e dos EUA. O presidente Obama foi enfaticamente contrário desde o início, manifestando sua disposição de vetar a proposta no Conselho de Segurança. Também houve críticas à proposta no interior do movimento palestino, sobretudo pela insegurança quanto ao cumprimento do direito de retorno aos refugiados, assegurado por resolução da ONU, inalienável e inegociável.

A iniciativa de Abbas não pôde fazer frente à pressão dos EUA. A Palestina conseguiu o reconhecimento da UNESCO, órgão da ONU para a Educação e Cultura, conquistando um assento pleno na entidade. A retaliação, porém, veio



rapidamente, com os EUA anunciando o corte de ajudas financeiras à UNESCO. Esse insucesso das iniciativas diplomáticas da Autoridade Palestina somou-se a outros tantos, como as condenações internacionais a Israel ou as resoluções da ONU favoráveis aos palestinos, que continuam no papel, sendo simplesmente ignoradas por Israel que, nessas questões, sempre contou com a lealdade do Império estadunidense.



foto: Mohamed Badarne



foto: Pedro Ferraracio Charbel

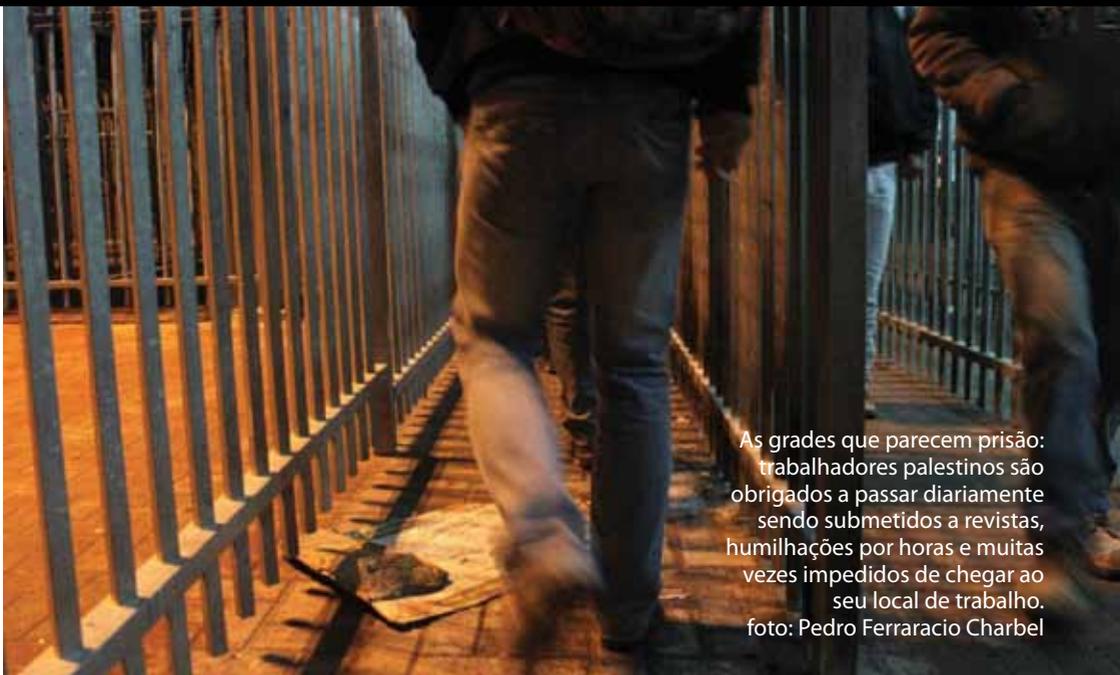
Regime de apartheid e BDS

نظام الأبرتهاید والمقاطعة

Apartheid é o que Israel impõe aos palestinos, segundo concluiu o Tribunal Russell sobre a Palestina em sessão realizada em novembro de 2011 na África do Sul. O regime de apartheid, como observou o Tribunal Russell, é proibido pela lei internacional e considerado crime contra a humanidade – determinação motivada pelo modelo de segregação de negros que prevaleceu na África do Sul até os anos 90. Diante do fato de que a economia israelense está voltada à ocupação e à guerra, uma iniciativa tem se mostrado estratégica para a solidariedade internacional: a campanha por BDS (boicotes, desinvestimento e sanções) a Israel. Atendendo a chamado da sociedade civil palestina feito em 9 de julho de 2005 e reiterado desde então, traz como proposta que governos e sociedade civil de todo o mundo promovam embargos e sanções ao Estado sionista até que se reconheçam os direitos fundamentais do povo palestino. Assim, tem como metas: o fim imediato da ocupação militar e colonização de terras árabes e a derrubada do muro do apartheid; a garantia de igualdade de direitos civis a todos; e o respeito ao direito de retorno dos refugiados palestinos às suas terras e propriedades.

Em diversas partes do globo a campanha tem se intensificado. No Brasil, organizações da sociedade civil começam a impulsionar a iniciativa. Reunidas na Frente em Defesa do Povo Palestino, lançaram em 20 de setembro de 2011 a campanha nacional por BDS. A CUT esteve presente e aderiu a essa ação, fundamental perante forte ofensiva por parte de Israel para conquistar mercados aqui e em toda a América Latina.





As grades que parecem prisão:
trabalhadores palestinos são
obrigados a passar diariamente
sendo submetidos a revistas,
humilhações por horas e muitas
vezes impedidos de chegar ao
seu local de trabalho.
foto: Pedro Ferraracio Charbel



foto: Pedro Ferraracio Charbel



foto: Mohamed Badarne

Considerações finais

الخلاصة

As dificuldades e obstáculos enfrentados pela população palestina são evidentes. Um fator que pesa consideravelmente é o poder militar de Israel, que permanece impune apesar de seus crimes. Porém, sua situação nos dias de hoje não é tranquila. Em 2006, atacou o Líbano, mas o Hezbollah (Partido de Deus) obrigou-o a recuar, após 33 dias de combate. O desfecho gerou perplexidade no mundo todo, mas demonstrou principalmente que, por mais poderoso que seja o Estado de Israel, ele não é invencível e pode ser derrotado.

Outro fator de primeira grandeza é a grande onda de revoltas e revoluções no Oriente Médio e norte da África. A ação popular derrubou ditaduras que há décadas estavam no poder, como na Tunísia e no Egito. A queda de Mubarak por si só foi um acontecimento de grande importância, pois era um aliado de primeira grandeza de Israel na região. A chamada "Primavera Árabe" ainda continua e tem se constituído em obstáculo aos interesses israelenses, pelos impactos na geopolítica da região.

Em grande medida seu desfecho será fundamental para o futuro da luta pela libertação palestina. Por fim, vale destacar a importância da campanha por BDS, instrumento importante de pressão sobre Israel, mas principalmente na denúncia dos crimes israelenses. A solidariedade internacional à causa palestina é essencial para isolar política e moralmente o Estado de Israel. Ela se manifesta ainda em atos e manifestações. No Brasil, a CUT e o conjunto

dos Movimentos e Organizações Sociais junto com a Comunidade Palestina promovem de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2012 o Fórum Social Mundial Palestina Livre em Porto Alegre. Contará com a presença de milhares de militantes das lutas pelos direitos humanos, negados ao povo palestino pelo Estado sionista. Apoie essa causa! Apoie essa luta que é de todos nós que defendemos a paz, a democracia e a justiça social.

“Liberdade aos presos Liberdade”

Segundo a Adameer – Associação de Direitos Humanos e Apoio aos Prisioneiros Palestinos, somente de 1967 para cá mais de 650 mil palestinos já foram detidos – ou seja, pouco menos de 20% do total da população dos territórios ocupados naquele ano. Atualmente, calcula-se que estejam nos cárceres israelenses cerca de 7 mil cidadãos palestinos, entre os quais 340 crianças e 120 mulheres.

Por volta de 115 presos encontram-se há mais de 20 anos nessas cadeias e 26, há mais de 25 anos.

Conforme a Adameer, cerca de 24 centros de detenção, cinco centros de interrogação, sete casas de detenção, três campos militares e nove outras prisões na Cisjordânia e Gaza integram o complexo do aparelho repressivo do Estado israelense. Em todos, a violação às convenções de Genebra, sobretudo quanto ao tratamento digno às pessoas nessas condições, é comum.

foto: Mohamed Badarne



Discurso no Mercado do Desemprego

Samih Al-Qassim*

Talvez perca — se desejares —
minha subsistência
Talvez venda minhas roupas
e meu colchão
Talvez trabalhe na pedreira...
como carregador... ou varredor
Talvez procure grãos no esterco
Talvez fique nu e faminto
Mas não me venderei
Ó inimigo do sol
E até a última pulsação de minhas veias
Resistirei
Talvez me despojes da última poadada
da minha terra
Talvez aprisione minha juventude
Talvez me roubes a herança de meus
antepassados
Móveis... utensílios e jarras
Talvez queimes meus poemas e meus livros
Talvez atires meu corpo aos cães
Talvez levantes espantos de terror sobre
nossa aldeia
Mas não me venderei
Ó inimigo do sol
E até a última pulsação de minhas veias
Resistirei
Talvez apagues todas as luzes de minha
noite
Talvez me prives da ternura de minha
mãe
Talvez falsifiques minha história
Talvez ponhas máscaras para enganar
meus amigos
Talvez levantes muralhas e muralhas

ao meu redor
Talvez me crucifiques um dia diante
de espetáculos indignos
Mas não me venderei
Ó inimigo do sol
E até a última pulsação de minhas veias
Resistirei
Ó inimigo do sol
O porto transborda de beleza...
e de signos
Botes e alegrias
Clamores e manifestações
Os cantos patrióticos arrebatam
as gargantas
E no horizonte... há velas
Que desafiam o vento...
a tempestade e franqueiam os obstáculos
É o regresso de Ulisses
Do mar das privações
O regresso do sol... de meu povo exilado
E para seus olhos
Ó inimigo do sol
Juro que não me venderei
E até a última pulsação de minhas veias
Resistirei
Resistirei
Resistirei

*Samih Al-Qassim nasceu em Zarcá, no seio de uma família drusa. Formado professor, depois da publicação de seus primeiros poemas foi proibido pelos israelenses de exercer a profissão.

Sugestões Filmes e Livros

Filmes:

- Intervenção Divina (Elias Suleiman)
- O que resta do tempo (Elias Suleiman)
- Portas do Sol (Yousry Nasrallah)
- Occupation 101 (documentário)
- Nakba - A Catástrofe (documentário)

Livros:

- Portas do Sol (Elias Khoury)
- Orientarismo (Edward Said)
- Guerra da Palestina (André Gattaz)

Siglas

المختصرات

ANP - Autoridade Nacional Palestina

BDS - Boicotes, Desinvestimentos e Sanções

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EUA - Estados Unidos da América

OLP - Organização pela Libertação Palestina

ONU - Organização das Nações Unidas

UNESCO - Organização da ONU para a Educação e Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNLU - Direção Nacional Unitária de Revolta

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

FPLP - Frente Popular para Libertação da Palestina

EXPEDIENTE

Organização

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Secretaria de Relações Internacionais

João Antonio Felício

Secretário de Relações Internacionais da CUT

Colaboração

Secretaria Nacional de Comunicação CUT

Edição

Hasan Zarif

Texto

Hasan Zarif

Rui Kureda

Projeto Gráfico

Carol Rodrigues

MGiora Comunicação

São Paulo, novembro de 2012.



CUT - Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto nº 575 CEP 03041-000 Brás, São Paulo SP

Telefone (0xx11) 2108 9200

Fax (0xx11) 2108 9310

www.cut.org.br

twitter.com/cutnacional

[facebook/cutbrasil](https://facebook.com/cutbrasil)





www.cut.org.br
twitter.com/cutnacional
[facebook/cutbrasil](https://facebook.com/cutbrasil)